

Periodismo e Vida Literária em Manaus¹

Maria Luiza Ugarte Pinheiro²

Resumo

O presente artigo aborda o processo formativo do periodismo no Amazonas, estado que partilhou com outras regiões do país a agitada atmosfera cultural que favoreceu a emergência de um vigoroso processo de editoração jornalística. Associado ao processo migratório fomentado pela economia de exportação da borracha, o surto urbanístico que marcou a virada do século XIX para o XX na Amazônia, projetando Belém e Manaus, instaurou e buscou consolidar um estilo de vida urbana, onde os referenciais estéticos vinculavam-se à chamada *Belle Époque*. Apresentando-se como um dos mais significativos “emblemas da modernidade”, o periodismo tendeu a reforçar os ideais “civilizatórios” e a crença no progresso material e espiritual patrocinado pela cultura burguesa em expansão.

Palavras-chave – História da Imprensa; periodismo; vida urbana

Em boa medida, foi a fragilidade do contexto socioeconômico a principal responsável pelo atraso do surgimento da Imprensa no extremo norte do país, uma vez que até meados do século XIX a então comarca do Alto Amazonas, subordinada à Província do Pará, não apresentava em seus quadros comerciantes ou proprietários cujas rendas permitissem aventurar-se pelo universo das tipografias. No Amazonas, como em todo o país, a montagem de uma tipografia, por mais modesta e artesanal que fosse, exigia investimentos elevados, tanto para a aquisição de tipos e maquinários específicos, quanto para a contratação de profissionais qualificados para o ofício. Nelson Werneck Sodré recuperou essa dimensão, ao reproduzir a fala de um importante jornalista paulistano que, em 1869, lamentava que no Brasil

a imprensa vegeta sob o peso dos grandes salários do pessoal tipográfico ainda escasso, do custo exorbitante do papel e outros materiais importados, e mais que tudo, do gravoso porte de circula o, verdadeiras asas de chumbo postas   ave transmissora do pensamento – a obra do jornalismo no Brasil requer pesados sacrifícios pecuniários. (SODRÉ, 1983, 188).

Não apenas a abertura de tipografias no Amazonas foi tardia, como também sua manuten o parecia não se efetivar com facilidade. A primeira prensa local chegou a

¹ Trabalho apresentado no GT História do Jornalismo integrante do V Encontro Regional Norte de História da M dia.

² Professora Associada da Universidade Federal do Amazonas e Bolsista Produtividade do CNPq.

Manaus em 1851, motivada pela necessidade de dotar a recém-criada Província de uma estrutura mínima que possibilitasse seu funcionamento.

A convite do primeiro presidente transferiram-se para Manaus inúmeros profissionais de diversas áreas, em sua maioria provenientes do Pará, como foi o caso de Manoel da Silva Ramos, “hábil artista, empregado na grande oficina tipográfica de Honório José dos Santos, em Belém” (FARIA E SOUZA, 1908, p. 5). Coube a ele tocar o primeiro jornal produzido no Amazonas, o “*Cinco de Setembro*” – posteriormente transformado no “*Estrella do Amazonas*” –, que saiu pela primeira vez no dia 3 de maio de 1851. Desde o início de seu funcionamento, coube à tipografia de Silva Ramos, através de contratos oficiais celebrados com a presidência da Província, atender todos os pedidos de impressão (editais, leis, relatórios, etc.), necessários à burocracia governamental.

Tal vinculação com a órbita do poder dá razão à análise de Werneck Sodré quando enfatiza o caráter tardio do surgimento da imprensa em províncias ditas periféricas e ressalta que este lento desenvolvimento foi “geralmente iniciado com jornais oficiais, officiosos ou ligados aos governos provinciais” (SODRÉ, 1983, 105). De fato, já em seu primeiro editorial o *Estrella do Amazonas* reconhecia essa dependência, externando-a nos termos seguintes: “Contamos com a coadjuvação dos briosos amazonenses e esperamos merecer a alta proteção do Exmo. Governo da Província, sem a qual não podemos continuar”. (*Estrella do Amazonas*, Manaus, n. 1, 1852)

Com efeito, nos primeiros anos da Província do Amazonas, a quase totalidade da impressão dos relatórios oficiais foi feita mediante encomenda a firmas estabelecidas na Corte ou no Recife, sob a alegação de que a precariedade da única prensa local não permitia a execução daquele serviço em Manaus. Em 1859, oito anos após a montagem da tipografia de Silva Ramos, o quadro ainda era de limitações e precariedades, como indica a queixa formulada pelo Secretário de Governo:

Não havendo na Província mais que uma Tipografia, e essa mal montada, aconteceu que só se concluisse a impressão do relatório, por V. Exc^a apresentado à Assembléia Provincial em 7 de setembro do ano findo, bem como a das leis promulgadas pela mesma assembléia, nos últimos dias do mês de março, o que deu lugar a que tarde se fizesse a remessa dessas peças oficiais a seus destinos: e mesmo tendo as leis sido inseridas na “*Estrella do Amazonas*” não o foi tanto a tempo, que pudessem ser conhecidas por todos os habitantes da Província, logo ao princípio do exercício corrente; porque aquele jornal, em pequeno formato, e falho como quase sempre anda, não pode oportunamente dá-

las ao público, e nem isso admira, quando o expediente, que publica efetivamente está em atraso. (*Relatórios do Secretário da Província do Amazonas Antônio Ribeiro Guimarães*, vol. II, 283)

No mesmo período em que estas críticas vinham à tona, o naturalista Robert Avé-Lallemant, ao receber do governo provincial um convite impresso para participar de um baile, registrou a presença do *Estrela do Amazonas* de forma mais auspiciosa, reconhecendo-o como um avanço importante no contexto regional e como verdadeiro emblema da modernidade, que contribuía para reverter o “barbarismo” das populações regionais. Seus comentários acabam também por confirmar a utilização da tipografia e do jornal para a impressão e difusão do material oriundo das demandas governamentais:

Um convite impresso com letras douradas para um baile no palácio do Governo de Manaus! Isso já é um sinal dos tempos. A quem, aliás, se admirar que em Manaus, no Rio Negro, já se imprima, observarei que lá já aparece um jornal, a “Estrela do Amazonas”, duas vezes por semana, impresso em grande quarto e em papel melhor do que da maioria dos jornais alemães, embora esta “Estrela do Amazonas” não estenda até muito longe seus raios de luz e não seja nenhuma estrela de primeira grandeza. (AVÉ-LALLEMANT, 1980, 151)

Foi só a partir de 1867 que as Falas, Exposições e Relatórios dos Presidentes de Província passaram a ser impressos em Manaus, recorrendo o poder público, neste momento, à tipografia do jornal *Amazonas*, fundado em 1866 pelo português Antonio da Cunha Mendes. Seis anos mais tarde, o *Almanack Administrativo da Província do Amazonas*, trazia a informação de que funcionavam ali apenas três tipografias, todas ligadas a jornais locais: a de Gregório José de Moraes, do *Comércio do Amazonas*; a de José Carneiro dos Santos, do *Diário do Amazonas* e a de Manoel de Cupertino Salgado, proprietário do *Reforma Liberal*. (*ALMANACK ADMINISTRATIVO DA PROVÍNCIA DO AMAZONAS*, 1874, 79) O empreendimento tipográfico teria que aguardar a expansão econômica que a borracha produziria no contexto regional para alçar voos mais seguros. Até 1884 o que se viu foi a transferência de titularidade, já que a Província continuava com apenas três tipografias – de José Carneiro dos Santos, Antonio Fernandes Bugalho e Azevedo & C^a. – e vinte e um tipógrafos registrados. (*ALMANACK ADMINISTRATIVO DA PROVÍNCIA DO AMAZONAS*, 1884. 173)

Corroborando esse quadro de lenta evolução, uma matéria divulgada no *Diário do Amazonas* faz um balanço francamente negativo da situação financeira dos tipógrafos

estabelecidos na Província, razão pela qual estes empreendimentos apresentavam contínuos revezes.

Nesta Província tem havido desde 1852, muitas tipografias. A da Estrella do Amazonas, o proprietário morreu pobre. Esta foi comprada pelo Sr. Antonio da Cunha Mendes, operário infatigável, que está pobre, e passou seu estabelecimento. A do Catechista, do Sr. Capitão Pará não pode aumentar-se. A do Correio de Manáos, do Sr. Dr. Sérgio morreu, seu proprietário não auferiu lucro algum. O da Reforma Liberal, vai sustentando-se, sem resultado. No meio de tudo isto, brilha a do Sr. Gregório José de Moraes, distinto proprietário de Manáos. Digam os sábios da escritura, Que segredos são estes da natura. O Sr. Carneiro também fará fiasco deixando só o distinto operário Tenente Gregório José de Moraes?! Há homens muito felizes. *Ego sum, quis sum.* (*Diário do Amazonas*, Manaus, 4 de jan. de 1874)

A situação crítica das tipografias e sua exiguidade no contexto regional analisado não devem ser exclusivamente entendidas como de ordem material, já que a ausência de trabalhadores especializados no ofício de impressão era marcadamente sentida em todo o Estado.

O número de tipógrafos habilitados permaneceu baixo até o momento em que a expansão da economia gumífera propiciou a atração e contratação de um contingente técnico, quase todo composto de europeus. João Batista de Faria e Souza, um pioneiro no estudo da Imprensa no Amazonas, registrou a carência de tipógrafos qualificados, reproduzindo notícia veiculada pelo jornal *Amazonas* que havia deixado de circular “por haver adoecido na terça feira o único typographo de nossa oficina”. (FARIA E SOUZA, 1908, 87)

Uma “Imprensa Oficial”, só apareceria no Amazonas décadas mais tarde, em 1892, já na administração de Eduardo Ribeiro, com o explícito objetivo de fugir, no dizer de Mário Ypiranga, da pressão causada pelos “contratos com periódicos que a cada ano custavam os olhos da cara ao Estado ou a Província”. (MONTEIRO, 1986, 9)

A montagem das primeiras tipografias no Amazonas ensejaram um significativo movimento de produção periódica ainda no final do século XIX. Com efeito, este parece ter sido um fenômeno mais global, já que na virada do século XIX para o XX, o Amazonas partilhou com outras regiões do país da agitada atmosfera cultural que favoreceu a emergência de um vigoroso processo de editoração jornalística:

No Brasil do século XIX, as taxas de alfabetização eram baixas, mas a atividade jornalística era intensa. Cada facção política disseminava suas idéias através de pelo menos um periódico. Em 1897, o ano da última campanha contra Canudos, 27 novos jornais foram criados na capital federal. Quase 700 jornais foram publicados na Bahia no transcorrer do século, e até a aldeola de Curalzinho teve nove. A maioria dos jornais não sobreviveu muito tempo, mas para cada um que fechava, outro aparecia em seu lugar. (LEVINE, 1995: 54)

No Amazonas essa produção só emergiu com vigor no momento em que alguns obstáculos importantes foram sendo removidos. Em primeiro lugar, há os de cunho estrutural, como o baixo nível demográfico das vilas e cidades e seu relativo isolamento geográfico; o caráter tardio e incompleto da penetração da língua portuguesa traduzida na incipiência dos índices de letramento e alfabetização, que refletia uma tradição cultural pautada na oralidade como meio prioritário e até mesmo exclusivo de expressão e comunicação entre a população regional.

Em segundo lugar, estavam os fatores propriamente técnicos, ligados tanto à inexistência de mão-de-obra especializada (como mestres tipógrafos, gravadores e impressores), quanto à escassez de recursos financeiros e de matérias-primas necessárias (como papéis e tipos) para a implementação das tipografias.

Os panfletos políticos e mesmo os periódicos manuscritos foram alternativas importantes às limitações vivenciadas neste período inicial. Embora seja possível argumentar que a inovação trazida pela tipografia tornou a gazeta manuscrita um arcaísmo tendente ao desaparecimento rápido, esse tipo de jornal ainda se manteve em cena, principalmente nos locais onde as inovações não conseguiam se generalizar. No Amazonas, entre os anos de 1851 e 1908, circularam mais de duas dezenas deles (FARIA E SOUZA, 1908) e é certo que pelo menos outros vinte vieram à luz nas duas décadas posteriores.

Embora boa parte das folhas manuscritas não tenha passado de um único número (tal como muitos dos jornais impressos), não deixa de ser intrigante o fato de alguns títulos terem sobrevivido por mais tempo. *O Ócio* (1906), por exemplo, alcançou 14 números, um a cada semana. Na mesma linha *O Universo* (1914-1915) conseguiu tirar 27 números antes de se tornar impresso, o mesmo acontecendo com *A Confederação* (1902) e *O Vencedor* (1914-1915). Contudo o exemplo notável de longevidade coube ao *Mucumim* que circulou

em Manaus por uma década, alcançando a façanha de veicular nada menos que 300 números!

Prestando-se a experimentações, o jornal manuscrito tendeu a ser essencialmente produzido e consumido em espaços restritos, como o ambiente escolar, os círculos de vizinhança e até a bordo de embarcações em trânsito. Seu traço forte eram os temas do cotidiano local e a fofoca difamatória. Quanto ao formato, os manuscritos apresentaram uma grande variedade, embora os que lograram maior êxito, fossem aqueles de formato reduzido. Os editores do *O Mucuíim* – de dimensões minúsculas: 13x11 cm – lembravam sempre aos colaboradores que “os artigos devem ser o mais resumido”. (*O Mucuíim*, Manaus, nº 18, 30 de maio de 1895.

Nas primeiras décadas do século XX, com a difusão rápida da máquina de escrever, o Amazonas viu florescer um número significativo de jornais datilografados e que, por vezes, saíam mesclados, não só com os títulos e subtítulos, mas também seções inteiras escritas à mão, como ocorreu com *O Universo* (1915), *O K.C.T.* e *O Arco-Íris* (1927).

Esquivando-se da exigência de conhecimentos técnicos e de processos mecânicos sofisticados e dispendiosos, os pequenos jornais manuscritos e datilografados eram feitos a partir do empenho e dinamismo de inconformistas. Embora não tivessem acesso às prensas tipográficas, estes demonstravam a vontade incontida de mostrar-se ao mundo e de intervir no contexto social, fato que, de resto acompanhou a Imprensa onde quer que ela tenha surgido. Analisando o contexto da França revolucionária, Jeremy Popkin chamou a atenção para as pequenas folhas e salientou que sua importância em “pôr na rua as suas palavras passava por cima de qualquer outra consideração, e eles não tinham nenhum interesse em adotar práticas editoriais que os obrigassem a trabalhar para a criação de uma ordem social e política estável e conservadora”. (POPKIN, 1996, 208)

Essa dimensão propriamente política do jornalismo não deve passar despercebidas, principalmente nos estudos que tomam a Imprensa como objeto prioritário. Tivemos a oportunidade de comentar que, independente de sua tiragem ou longevidade, a existência de um determinado jornal significa, antes de mais nada, que, em torno dele, gravitam interesses específicos, sedimentados no corpo de uma dada sociedade. Sua emergência é sempre fruto de interesses particulares associados a projetos de intervenção social que buscam adquirir maior expressão ou consolidar posições previamente alcançadas. De

qualquer forma, o jornal, seja ele um grande diário ou uma pequena folha é um canal que se abre para a sociedade ditando normas, enquanto busca reconhecimento e legitimidade. (PINHEIRO, 2001, 17)

Tal como ocorreu em outras regiões do país, uma das principais características do periodismo no Amazonas em seus primórdios foi a efemeridade, já que a grande maioria dos jornais não chegava sequer a publicar o segundo número e poucos foram os que superaram a casa das duas dezenas. Os próprios jornais externaram suas preocupações com essa tendência anunciando um previsível insucesso. *O Bemtevi*, por exemplo, vinha a público dizendo não saber “se amanhã morrerá, como tem acontecido com outros jornalecos” (*O Bemtevi*, Manaus, 19 de maio de 1910), enquanto *O Collegial* informava que “aproximando-se o 1º de Maio e até lá não circulando o terceiro número do nosso jornal, fazemos com antecedência a nossa saudação ao operariado do Amazonas...” (*O Collegial*, Manaus, 31 de março de 1914). Nas páginas do *Gavroche*, o fim anunciado materializava-se tímido na forma de apelo dirigido ao público leitor: “Se for lisonjeira a sua circulação e se o público o simpatizar, *Gavroche* sairá mais algumas vezes, sempre com a oportunidade necessária. Do contrário... voltará a sua insignificância no jornalismo indígena”. (*Gavroche*, Manaus, 18 de fev. de 1912)

De forma mais enfática, *O Foguete* também veio a público lamentando-se da sorte, enquanto clarificava a efemeridade dos pequenos jornais do Amazonas como algo bastante corriqueiro

Hoje que depois de uma certa impressão uma machina me faz sahir do templo de Guttemberg apresentar-me-hia contente se não fosse a certeza que tenho de morrer antes de receber na pia, que para mim é o mundo o santos olhos que é o bom acolhimento do povo, porque outros mais fortes que eu, tiveram fatal sorte de vir á luz do dia, só para dizerem a humanidade: Eu sou o “Novidades”!... e eu “Lusitano”! E tremendo espero ser roto pelas mãos dessa humanidade que me serviria de madrinha se tivesse a fortuna de escapar à carnificina desses malditos infeccionadores do nosso jornalismo cá da terra que tem por lema: Anunciar-se nascer e morrer antes de nascer. (*O Foguete*, Manaus, 11 de dez. de 1900)

Para além do caso específico dos jornais comemorativos (ou de homenagens) que saíam uma única vez, cabe registrar que o grande fator da efemeridade dos jornais amazonenses vinham, como já se disse, do alto custo que cercava a produção jornalística. Tais custos estavam, geralmente, em conflito com as posses mais modestas de seus idealizadores, o que gerava grande expectativa com a vendagem do primeiro número: “Aparece hoje a *Matraca*. O seu futuro não podemos prognosticar com precisão, mas

julgamos de vida extensa, se a tanto permitirem as finanças”.(*A Matraca*, Manaus, 5 de out. de 1913)

Registre-se também os custos elevados do papel e do próprio processo de impressão gráfica, motivo pelo qual boa parte dos jornais impressos saia em formato reduzido. Essa preocupação não era exclusiva dos editores das pequenas folhas, mas do conjunto da imprensa amazonense do período, já que mesmo um dos mais importantes jornais do estado, com amplo patrocínio oficial, como era *O Amazonas*, por diversas vezes teve que diminuir seu formato, “por falta de papel de impressão”, como bem anotou Faria e Souza. (FARIA E SOUZA, 1908, 84)

Houve casos, no entanto, em que a saída de circulação de um jornal não estava ligada ao peso dos custos de produção, mas à fatores externos, como repressão política, no mais das vezes violenta, que era exercida por grupos políticos e econômicos locais. A crônica jornalística amazonense registra o caráter corriqueiro com que diversos jornais foram *empastelados* por ordem dos grupos oligárquicos locais, inconformados com o debate franco de idéias incômodas, como eram o republicanismo e o abolicionismo. Como resultado desse embate

Empastelaram-se algumas tipografias. Trocaram-se tiros, houve prisões. Muitos anos depois, as oficinas do *Quo Vadis* foram incendiadas. Faltou água, mas os bombeiros traziam tanques aos quais ligaram as mangueiras que esguichavam querosene para extinção do fogaréu, segundo o relato de algumas pessoas que testemunharam a cena. (CASTRO, 1948,128-130)

Em editorial *A Gazeta* comentava com pesar o excessivo controle exercido sobre a imprensa pelas diversas facções políticas amazonenses. Segundo o jornal, a ação de partidários dos “pedrosistas, nerystas, sa-peixoistas, pennistas, guerristas, bittencouristas, monteiristas, jorgistas e raposistas” teria apresentado como consequência direta o fechamento de vários jornais pela polícia, quatro deles só no ano de 1913 (*A Gazeta*, Manaus, 25 de julho de 1913). A violência dirigida aos jornais acabava frequentemente atingindo a figura dos próprios jornalistas que, segundo Mario Ypiranga Monteiro, “viviam sempre sobressaltados, ameaçados de chibata, caçados até nas residências, e os jornais eram empastelados, incendiados, varejados pela polícia”. (MONTEIRO, 1969, 266)

Com o passar dos anos, o vigor da produção de periódicos no Amazonas foi se consolidando por sobre os processos iniciais de experimentação, vivenciados por diferentes sujeitos sociais.

Tais experimentações foram também transgressões à norma culta que, à época, buscava se impor de forma modelar no seio da imprensa. Os jornais operários, por exemplo, tenderam a expressar esse antagonismo, questionando diretamente o uso do jornal pela intelectualidade:

Não somos eruditos nem Herodotos; não frequentamos Universidades nem Academias para adquirir um papel pelos quais se nos auctorizasse a viver sem trabalhar. Não. Os nossos paes não eram burgueses nem mandões, por isso quem pensar encontrar nestas colunas linitivo ao espírito ocioso que produz o riso do burguês, engana-se. A nossa escola é outra: Somos operários e a nossa illustração quer intelectual, quer material é a menos imperfeita de todas porque é colhida no templo onde as imagens são: - componedores, martellos, arados, serrotes, plainas, cutellos, enxadas, machados... (*A Lucta Social*, Manaus, nº 1, 29 de mar. de 1914)

O editorial do *A Lucta Social* permite sustentar que, se a imprensa nasce ligada aos espaços eruditos e é por ele majoritariamente utilizada, ela tendeu a ser apropriada por diversos segmentos sociais, cujas vivências se faziam nas margens dessa cultura letrada cidadina em expansão.

Ao longo das duas primeiras décadas do século XX as pequenas folhas de estilo mais despojado e de linguagem coloquial passaram a ser menos toleradas no interior do periodismo e confrontadas por jornais e jornalistas locais. Estes, projetando-se como portadores diletos do refinamento cultural e da vida civilizada, começam a impor regras e convenções, defendendo a restrição da atividade jornalística à esfera da norma culta burguesa. Daí a emergência de atitudes francamente discriminatórias, que associavam o ofício de jornalista ao viés racial, como na denúncia de que “nos Tócos há um preto simi-negro, que intitula-se repórter de nosso jornalzinho. Deixe de pretensão seu... preto”. (*O Chicote*, Manaus, nº 18. 1º de nov. de 1913)

A abertura de um clima de franca competitividade fez emergir todo um turbilhão de críticas que falavam cada vez mais em nome da qualidade jornalística e punham em cheque as pequenas folhas domingueiras de feição amadora e experimental. Um exemplo dessa atitude emergiu no editorial do jornal *A Farpa*, onde denunciava: “Aparecerá amanhã a

tarde mais um jornalzinho de feição vagabunda, com o letreiro *O Coió*”. (*A Farpa*. Manaus, 17 de outubro de 1909)

Durante o frenesi da economia gumífera, ganhou destaque uma geração de jornalistas profissionais, cujas folhas corridas davam conta de anos de envolvimento na faina jornalística, apresentando-se ao público como representante dileto da sociedade culta e elitizada³. A qualidade jornalística desejada deveria ser aquela passível de ser aquilatada pela composição do corpo redacional, preferencialmente repleto de insignes intelectuais e acadêmicos. Assim, era com essas credenciais que os jornais passavam a se apresentar ao público leitor:

A Conquista conta no número dos seus colaboradores os mais fulgurantes espíritos da moderna geração, e as figuras de maior relevo do nosso meio intelectual, dentre os quais alguns notáveis membros da Academia Amazonense de Letras, que nos honrarão as colunas com os seus trabalhos. (*A Conquista*, Manaus, 2 de out. de 1920)

Já que o processo de profissionalização no mundo da imprensa era praticamente inexistente até o início do século XX, foi comum que a atividade jornalística tendesse a ser levada à cabo por pessoas com formação e atuação em outros campos profissionais, sendo boa parte constituída por profissionais liberais e/ou funcionários públicos. Para estas pessoas, a escrita jornalística tendia a ser uma atividade secundária e, em alguns casos, diletante, característica que também contribuía para a fluidez e inconstância de muitos periódicos locais.

Não foi à toa que muita das pequenas folhas foram pensadas e editadas a partir do interesse de pequenos círculos letrados que se constituíam em espaços de sociabilidades não institucionais. Livrarias, cafés e botequins são referências constantes nos jornais de Manaus, o que não chegava a ser propriamente um fenômeno local, já que tradicionalmente

os cafés se apresentam como o local onde os intelectuais conseguem exercer a criatividade, dando vazão à sua sensibilidade artística, tão sacrificada no horário do

³ Dos mais destacados, Marvignier de Castro fez o registro: “Penas eruditas de mestres jornalistas deixaram traços inapagáveis nos anais da imprensa local. Alcides Bahia, Araújo Filho, Domingos de Andrade, Domingos Teófilo de Carvalho Leal, J. B. Faria e Souza, Lopes Gonçalves, Monteiro de Souza, Silva Gayoso, Gaspar Guimarães, Taumaturgo Vaz, Licínio Silva, Otávio Sarmento, João Barafunda, Vicente Reis, Coriolano Durand, Adelino Costa, Silvério Nery, Corrêa Mendes, Pedro Guabiraba, Alberto Rangel, Antônio C. Ribeiro Bitencourt e muitos outros já falecidos, granjearam, no jornalismo da capital do Amazonas, honrosa e imorredoura tradição”. (CASTRO, 1948, 130)

trabalho público. Além do mais, nesse local é que se travam relações de amizade, efetuando-se os contatos sociais. (VELLOSO, 1996, 47)

Também em Manaus os cafés são os espaços que aparecem como o local preferencial ou exclusivo para o recebimento das correspondências e colaborações dos leitores, além de serem ainda seus principais pontos de venda. Muitos dos jornais foram idealizados a partir dos círculos letrados que gravitavam naquele tipo de estabelecimento. Embora a maioria dos intelectuais e jornalistas estivesse presente no jornal mais formalizado da grande imprensa, muitos deles militaram igualmente nos pequenos jornais. Fazendo um balanço de sua inserção na arena jornalística, as redatoras do *Grêmio*, reconheciam a associação estreita entre jornalismo e projeção intelectual:

Convencidas ficamos de que foi por demais arrojado o nosso primeiro passo n'um centro de homens illustres em todos os ramos da cultura intelectual; porém estamos certas de que se não fora um jornalsinho acadêmico e as reuniões litterárias, não se preparariam oradores de fama e litteratos de grande vulto. Elles vieram d'alli. (*O Grêmio*, Manaus, n. 2, 10 de jul. de 1910)

Nas pequenas folhas, os literatos mostravam-se mais à vontade, falando com humor da vida política local e nacional, da moda, dos esportes, das mulheres, da vida cultural na cidade e, principalmente, deles mesmos, ou seja, do seu mundo jornalístico e literário. Quando do surgimento d'*A Tezoura*, percebe-se o interesse de explorar o mundo das letras nos espaços de sua maior efervescência criativa. Tratava-se de trocar a redação sisuda dos diários pelos locais de articulação das “igrejinhas” literárias.

Tendo em seu corpo de redação escovadíssimos e velhos corujas, dedicar-se-á especialmente a tratar da bohemia que tem por campos de ação o salão dos Terríveis, o Cassino Julieta, o Chalet das Terrasses do Quintas, dos “Chopps” da Ville de Bordeaux, Restaurante Fracez e White Club, que não quer, por forma alguma dizer, que limitem-se seus afiadíssimos gumes a tocar apenas na pele do demi-monde. (*A Tezoura*, Manaus, nº 1, 9 de out. de 1909)

Numa época em que a vida literária era sinônimo de vida boêmia, foi comum que os homens de letras (jornalistas, poetas, juristas, professores, etc.) montassem suas “igrejinhas” nesses espaços de sociabilidade. Ali, entre goles do mais fino champanhe francês ou de um trago da mais barata genebra, lamentavam o acanhamento da vida provinciana, propunham saídas para os problemas nacionais, confidenciavam segredos de alcova e desnudavam intermináveis intrigas com seus desafetos. Para um crítico da época, a intriga e a mesquinha ficavam a cargo dos menos talentosos, dos “*pobres diabos da literatura*” ou dos “*liliputianos da imprensa de picuinha*”. (MESQUITA, 1935, 60)

Da mesma forma que as opções éticas, as articulações literárias podiam variar também em função da origem e inserção social de seus integrantes. Assim, os poetas mulatos maranhenses, Nunes Pereira, Raimundo Nonato Pinheiro e Maranhão Sobrinho, sofreram forte segregação e foi somente graças aos seus talentos e a boa dose de ousadia que conseguiram se impor e minorar o processo de marginalização que sobre eles recaía⁴. No rastro de Nunes Pereira, seu conterrâneo e confrade, Maranhão Sobrinho, teve igualmente

uma vida bastante desequilibrada; era amigo inseparável da boemia, e, no estado de alcoolismo, escrevia, nas mesas dos botequins, seus versos... Faleceu em Manaus, no bairro da Cachoeirinha, completamente abandonado, a 25 de dezembro de 1915, exatamente no dia de natal em que completava 36 anos.⁵

Fazendo a (má) fama de um sem número de intelectuais do período, a imagem do “boêmio que amava e desperdiçava a vida, sacrificando-a em peripécias estúrdias” foi projetada por Péricles Moraes a partir da lembrança que tivera do poeta Paula Guimarães. Péricles o imaginava “a perambular pelos *cabarets*, sempre com o artigo em atraso, um poema na cabeça, um livro antigo debaixo do braço, uma *boutad* explosiva a cada instante ou uma história melancólica nos lábios”. (LINS, 1966, 79)

Outro intelectual de destaque a circular com desenvoltura na boêmia e na vida noturna manauara foi Thaumaturgo Vaz. Th. Vaz, como era conhecido, foi referência incansável nos mexericos de uma imprensa domingueira que não perdia a oportunidade de revelar ao público as idiossincrasias dos mais conceituados literatos locais.

Sou o Th. das Cantigas
Nasci lá no Piauí;
Mandei minha pátria às figas
E vim me embora p'ra aqui

Sou bacharel. Nas intrigas
Partidárias me metti
Faço a corte às raparigas
E o Patureba escrevi

Pelas caretas que faço,
Ganhei fama de palhaço
Em rodas de botequim

Tendo arames na algibeira,
Passo a vida em pagodeira:
Quem me quizer é assim
Ri-Clow. (*A Farpa*, nº 2.
Manaus, 17 de out. de 1909)

⁴ O ingresso de Nunes Pereira na Academia Amazonense de Letras, no ato de criação dessa entidade (1918) demonstra bem os embates que foram necessários assumir. Sem ser convidado, Nunes entrou ébrio na sessão solene e se indicou para a cadeira de Cruz e Souza, com o argumento deste ter sido um mulato como ele. Depoimento (ainda inédito) à Geraldo Pinheiro.

⁵ Lins, 1966: 79.

Como muitos, Th. Vaz não se incomodava com a pecha de boêmio que lhe lançavam os confrades. “*Quem me quiser é assim*”, foi o bordão que o acompanhou por toda a vida⁶. Sem cerimônia, partilhava com os confrades as pilherias, em improvisos que desancavam os desafetos e faziam o delírio da assistência, que, assim, passava a esperar ansiosa sua transposição para os jornais.

Tais vinculações entre boêmia e vida literária faziam dos cafés, leiterias e botequins os espaços por excelência para onde convergiam os homens de letra. Cada igrejinha tendia a fincar raízes em locais específicos e muitos funcionavam como redações improvisadas, onde alguns jornais foram idealizados e até integralmente redigidos, antes de serem levados à prensa.

Como era de se esperar, se boa parte da vida intelectual amazonense se desenvolvia nos cafés e botequins, o hábito de ler jornais no interior desses locais era igualmente generalizado. Muitos estabelecimentos atraíam os fregueses colocando jornais e revistas à disposição dos *habitués*, seguindo tendência já estabelecida em várias partes do mundo. Os editores d’*O Riso*, embora reconhecendo a tendência, não deixaram de lamentar que ela consolidava vícios indesejáveis:

A leitura dos jornaes feitas nos cafés é bem agradável. O leitor, que está viciado a aproveitar a bondade dos outros, de certo se dispensa de gastar dinheiro com jornais inúteis. Sim, os jornaes d’aqui são tão desenxabidos que, franqueza, não valem duzentos réis. E é facto, não valem; porque ali, no café, comodamente sentados, nós os leremos todos, de graça, graças à generosidade e à amabilidade do proprietário que é nosso amigo. E quanta gente não lê os jornaes dos cafés. Isto é até da moda e do bom tom. (*O Riso*, Manaus, nº 2, 22 de nov. de 1912)

Por outro lado, as queixas traduziam de forma inequívoca não só a expansão da cultura letrada, resultando numa maior abertura da sociedade amazonense para novas práticas de leitura, como também davam maior visibilidade ao processo de consolidação dos círculos letrados.

Foi nas páginas da imprensa local que a intelectualidade amazonense da virada do século XIX para o XX ganhou visibilidade e respeitabilidade no interior da sociedade local. Foi, sobretudo, no periodismo que se podia encontrar a poesia de Álvaro Maia, Th. Vaz ou as crônicas de Péricles Moraes. Neste sentido, reproduziu-se no Amazonas uma tendência que ocorreu em todo o país, como argumentou Félix Pacheco: “toda a melhor

⁶ “Nas letras fiz minha fama / Dizem todos que é bem ruim / Mas não deixo meu programa / Quem me quiser é assim”. *A Farpa*, nº 4. Manaus, 1º de novembro de 1909.

literatura brasileira dos últimos trinta e cinco anos fez escala pela imprensa”. (*Apud* SODRÉ, 1983, 292)

Foi antes de tudo da seara jornalística que saíram os nomes que mais tarde estabeleceriam as bases para a criação e desenvolvimento das mais importantes agremiações científicas e literárias no Amazonas, como o Instituto Geográfico e Histórico, a Academia Amazonense de Letras e a própria Universidade Livre de Manaus. Todas essas instituições e sua relação com o universo da imprensa continuam aguardando por uma maior atenção e destaque por parte da escrita acadêmica contemporânea.

Bibliografia

ALMANACK *Administrativo da Província do Amazonas Para o ano de 1874*. Manaus: Tipografia do Comércio do Amazonas, 1873.

ALMANACK *Administrativo da Província do Amazonas Para o ano de 1884*. Manaus: s/ed., 1884.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **No Rio Amazonas (1859)**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

CASTRO, Marvignier de. **Síntese Histórica e Sentimental da Evolução de Manaus**. Manaus: Tipografia Fênix, 1848.

FARIA E SOUZA, João Batista de. **A Imprensa no Amazonas, 1851-1908**. Manaus: Imprensa Oficial, 1908.

LEVINE, Robert. **O Sertão Prometido: o massacre de Canudos no Nordeste Brasileiro, 1893**. Trad. Mônica Dantas. São Paulo: Edusp, 1995.

LINS, José dos Santos. **Seleção Literária do Amazonas**. Manaus: Ed. Governo do Estado do Amazonas, 1966.

MESQUITA, Carlos. **Glebarismo**. Manaus: s/ed., 1935.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **“Em Memória de Th. Vaz”**. *Revista da Academia Amazonense de Letras*, nº 14. Manaus, 1969.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Notas Sobre a Imprensa Oficial do Estado do Amazonas**. Manaus: Imprensa Oficial, 1986.

MORAES, Péricles. **Confidências Literárias**. Rio de Janeiro: Gráfica O Cruzeiro S.A., 1944.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte: Letramento e Periodismo no Amazonas, 1880-1920**. Tese de Doutorado em História. São Paulo: PUC, 2001.

POPKIN, Jeremy. “Jornais: a nova face das notícias”. In: DARNTON, Robert e ROCHE, Daniel (Eds.). **A Revolução Impressa: a Imprensa na França, 1775-1800**. São Paulo: Edusp, 1996.

REIS, Arthur César Ferreira. **História do Amazonas**. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989.

RIZZINI, Carlos. **O Jornalismo Antes da Tipografia**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1968.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **Modernismo no Rio de Janeiro: turunas e quixotes**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.